

CANUDOS E A DERROTA DOS JACOBINOS

MOISÉS DINIZ DE ALMEIDA

Introdução

Em 1897 aconteceu um dos maiores conflitos civis no início do Regime Republicano: A Guerra de Canudos. Em clima tenso devido ao conflito nos sertões da Bahia, as lideranças partidárias montavam suas estratégias políticas a partir desses acontecimentos. Isso ocorria devido ao fato de haver eleições presidenciais no ano seguinte. A oposição ao regime do Presidente Prudente de Moraes uniu-se ao grupo dos jacobinos, os “radicais da República”, porém, viu seu projeto partidário vencido após o assassinato do Ministro da Guerra Machado Bittencourt, no evento que ficou conhecido como o Atentado de Cinco de Novembro, um mês depois do término da Guerra.

Esse artigo percorre os caminhos traçados pelo dois maiores grupos políticos no fatídico ano da Guerra de Canudos e mostra como esse evento foi utilizado para as estratégias eleitorais. Mesmo tendo um grupo de oposição forte, com alianças na imprensa e em áreas militares, o candidato do governo conseguiu vencer as eleições, pois soube utilizar-se bem dos erros da oposição, especialmente das tentativas de assassinato que o próprio presidente sofrera. Então, acompanhemos Canudos e a derrota dos Jacobinos.

Os Radicais da República

Desde o início do regime republicano já se ouvia falar na expressão jacobino ou em jacobinismo no Brasil. Porém, o termo só fez parte do jargão político a partir do governo de Floriano Peixoto, culminando principalmente nos eventos que marcaram o conflito de Canudos.

Os jacobinos expressavam sua ideologia através do parlamento, da imprensa e dos diversos comícios e meetings realizados no decorrer de sua práxis: *“Era o tom incendiário dos discursos, o traço distintivo dos meetings jacobinos, assim como as passeatas que os arrematavam e nas quais os participantes se viam incitados a ações radicais, das quais*

resultavam agressões físicas, destruição de próprios particulares, empastelamento de jornais” (QUEIROZ, 1986: 23). Na imprensa, eram controladores de dois periódicos, “O Jacobino” e o “Nacional”, além de quinze publicações distribuídas em São Paulo, Rio, Pará, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná. Também se organizavam através de Clubes de Jacobinos espalhados por todo o país, compostos por brasileiros natos e presididos, via de regra, por militares de baixa patente.

Quanto ao pensamento político dos jacobinos, podemos dizer que cultuavam o estado republicano, tendo a convicção de serem somente eles os que representavam seu verdadeiro modelo: “*Essa estranha e monopolizadora convicção a dividir os homens em correligionários ou inimigos levava ao zelo fiscalizador, à preocupação obsessiva com a estabilidade das novas instituições*” (QUEIROZ, 1986: 88-89). Segundo seus adeptos, o novo regime vivia sempre ameaçado pelos ideais monarquistas restauradores, chegando mesmo a afirmar em suas manifestações que se encontravam sob vigilância constante: “*Essa preocupação raiando pelo fanatismo explica a formação e a rearticulação de batalhões patrióticos; a agitação dos clubes e jornais, a promoção de comícios quando de acontecimentos que, segundo o ponto de vista jacobino, poderiam colocar a república em perigo*” (QUEIROZ, 1986: 91). Defendiam um governo presidencialista nos moldes autoritários, caminho para purificar as instituições republicanas ditas “democráticas”. O militarismo era seu afã. Para eles, os militares deveriam ocupar os mais altos cargos político.¹

Os jacobinos também se exacerbavam pela política nacionalista: “O Brasil para brasileiros”! Segundo Queiroz, um exclusivismo nacionalismo ético permeou as palavras e ações dessa corrente política nos primeiros anos da República. Contra o estrangeirismo e o estrangeiro, os jacobinos atiravam suas armas, principalmente ao elemento português. Ao luso cabia a culpa de tudo o que era retrógrado no país, inclusive a demora na assinatura da Lei Áurea. Foram os jacobinos responsáveis por criar um clima de “lusofobismo” no Brasil, e Deocleciano Mártir², redator d’“O Jacobino”, traduzia em palavras nas colunas de seu jornal esse sentimento não poupando conteúdos agressivos contra os portugueses:

“Conselho aos brasileiros. O único meio, a não ser por meio de pau, que temos para castigar e fazer abaixar o topete dos portugueses ricos é não pagar-lhes os alugueis das casas, deixem eles aumentarem o preço. Não pagar conta alguma de português negociante, pregando-lhe a torto e a direito calotes em grandes quantias. Finalmente intrigá-los, prendê-los por dá cá aquela palha, multá-los a diabo! (O JACOBINO: 1894)”

Foi esse sentimento lusópho aliado ao sentimento antimonarquista que provocou uma série de pressões e protestos no primeiro governo civil da República. É notório observar, que em quase todas as revoltas que ocorriam no país, os restauradores monarquistas eram os culpados, segundo a versão dos jacobinos.

Um outro sentimento arraigado nos jacobinos era o florianismo. Segundo Queiroz (1986, p. 23), foi a partir da revolta da Armada que houve uma intensa “glorificação” do

¹ Lembramos que no governo de Floriano os militares conseguiram ocupar elevados cargos na política. Era Floriano o expoente máximo do jacobinismo. Foi ele, que conseguiu também aumentar em número a tropa militar no seu governo, passando de 20.000 homens para 28.000.

² Mártir foi um dos principais líderes dos jacobinos no Brasil. Quando ocorreu a morte do Marechal Bittencourt, ele foi considerado o mentor de vários planos para assassinar Prudente de Moraes.

Marechal de ferro: “*Os sucessos da Revolta, a atitude do chefe da nação ante eles serão os catalisadores das manifestações jacobinas, freqüentemente, a partir de então, na crônica política do país*”. Um dos momentos mais intensos de manifestações pró-Florianos foi quando ocorreu sua sucessão em 1894.

As intrigas iniciaram em abril de 1893, quando as lideranças estaduais reuniram-se para a escolha do candidato que concorreria pelo Partido Republicano Federal à sucessão do Marechal. O nome mais cogitado foi o do paulista Prudente de Moraes. Florianos, não concordando com o mais cotado, fizera lançar outros nomes, tais com Rangel Pestana, Afonso Pena e Lauro Sodré. No entanto, Prudente foi o indicado pelo consenso partidário e o Marechal aceitou sem maiores delongas. Todavia, esse “aceite” não foi por acaso. O presidente, necessitando de apoio dos paulistas para vencer a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, fazia um acordo em moldes já bem conhecidos. Com certeza, sem o apoio dos paulistas Florianos dificilmente teria vencido a revolta do Rio. Prudente de Moraes fora eleito em primeiro de março de 1894. Contudo, antes mesmo de tomar posse, seu governo era uma incerteza.

Recordemos, então, que a vitória de Florianos sobre os revoltosos da Armada trouxe-lhe apoio de todos os lados. Era quase consenso que Marechal deveria continuar no poder. Os Jacobinos foram os que mais apoiaram e afirmavam que naquele momento não eram convenientes substituições nas camadas superiores da administração ou modificações na política do governo. Para os “radicais da República”, a obra de Florianos ainda não estava concretizada e só sob seu nacionalismo e pulso de ferro poderia consolidá-la. Nesse ínterim, alguns questionamentos surgiram: Florianos se quisesse, poderia continuar no poder? Prudente seria ou não empossado? Mesmo com as dúvidas sendo levantadas, o primeiro chefe civil da nação republicana tomou posse, porém, sem a transmissão do cargo e nenhuma autoridade da administração anterior para recebê-lo.

Não foi fácil o primeiro governo civil da República, pois enfrentou opositores dos mais ferrenhos, desde jacobinos, que não aceitavam a saída de Florianos e muitos outros que ainda continuavam trabalhando na instituição federal. Contudo, Prudente aos poucos desmontou a estrutura criada por seu antecessor, o que ia paulatinamente irritando os jacobinos acostumados às benesses do poder militar. “*Prudente com presteza demite funcionários contratados irregularmente, acolhe os pedidos dos que haviam tido seus direitos postergados, exonera oficiais que ocupam cargos civis e transfere outros para guarnições diversas. Duas semanas após a posse, veta o aumento do quadro do Exército*” (QUEIROZ, 1986: 31).

A partir daí começam as “tormentas de Prudente”.

As Tormentas de Prudente

Durante o governo de Prudente de Moraes os jacobinos fizeram oposição contestando quase todos seus atos. O reatamento das relações do Brasil com Portugal fora mais uma oportunidade para essas oposições. Nem bem a notícia fora divulgada, os “radicais da República” já estavam se manifestando contra, inclusive, proferindo críticas ao governo, deflagradas pelos jornais jacobinos em todo o país, não faltando também as manifestações de rua. A partir desse episódio, os jacobinos começaram a acusar o presidente de manter boas relações com os “decaídos do poder imperial”. Essas acusações são observadas com mais freqüência quando ocorreu a morte de Moreira César na Terceira Expedição e no decorrer da

4ª Expedição contra Canudos. Porém, antes mesmo do conflito no sertão nordestino, o paulista teve que enfrentar várias ações dos radicais.

Uma das ações foi por causa da concessão da anistia aos participantes da revolta federalistas e da Armada. Coube ao Presidente civil a tentativa de negociar a paz, principalmente porque no Sul o conflito ainda perdurou no início do seu governo. Essa tentativa era vista pelos jacobinos como traição, principalmente porque estava sendo suspenso o castigo que Floriano iniciara contra os revoltosos. A anistia foi motivo para debates nas ruas, na imprensa e no Parlamento durante quase todo o ano de 1895. Um Projeto de anistia total fora rejeitado pelo Congresso e, em outubro daquele ano, o governo modificou-o conseguindo aprová-lo, reduzindo de três para dois anos o lapso de tempo para que os oficiais revoltosos voltassem à ativa. Prudente concedeu a anistia e conseguiu terminar a luta no Rio Grande do Sul, porém, teve que enfrentar as críticas dos militares pró-Floriano que acusavam-no de favorecer os rebelados. O término da luta no Sul criara mais um problema para o Presidente.

Outro fator que contribuiu para a oposição dos jacobinos ao governo de Prudente foi a morte do símbolo deste grupo, Floriano Peixoto. O marechal morrera em vinte e cinco de julho de 1895, comovendo boa parte da nação brasileira:

“Era popular o marechal, e essa popularidade entendida como a estima do povo por uma individualidade, qualquer que seja ou tenha sido a sua função social, pode ser claramente avaliada por ocasião de sua morte. Logo após a primeira notícia, esgotaram-se as folhas que a estampavam, fecharam-se lojas e estabelecimentos públicos, multiplicaram-se bandeiras em luto, suspenderam-se espetáculos” (QUEIROZ, 1986: 29).

Floriano não só passava para a história, mas ficara na memória. Para os jacobinos ele era insubstituível: somente ele, ninguém além dele. Qualquer manifestação, seja ela no Congresso, na imprensa ou nas ruas contra o governo civil, o nome de Floriano era lembrado como modelo a ser seguido. Para os adeptos de sua personalidade, sua morte marcara um antes e um depois.

Espalhou-se por muitos lugares o culto à sua personalidade. Mais uma oportunidade para as críticas ao governo civil. E essa oportunidade ocorreu no primeiro aniversário do falecimento de Floriano, quando os jacobinos aproveitaram a ocasião para expressar seu descontentamento. Para eles, Prudente não tinha energia suficiente para combater os monarquistas, era fraco e indeciso, ao contrário de Floriano - o Marechal de Ferro. Comparecendo a uma homenagem a Floriano, Prudente foi obrigado a escutar ataques desferidos por apaixonados florianistas, tais como Érico Coelho, Raul Pompéia, Nicanor Nascimento e Pinheiro Machado. O Presidente, constrangido com a situação, retirou-se da homenagem antes do seu término. Todavia, Prudente não era um homem resignado. Segundo Queiroz, o Presidente logo revidou, e seus desafetos Raul Pompéia e Irineu Machado foram exonerados dos cargos públicos que ocupavam.

As oposições continuaram durante o ano de 1895, tendo destaque o evento que ficou conhecido como protocolos italianos.³

³ O incidente conhecido como “*protocolos italianos*”, começou quando o governo daquele país resolveu solicitar compensações por danos causados a súditos seus durante a Revolução Federalista e outros movimentos armados.

No final do ano seguinte, Prudente pediu licença para tratamento de saúde, sendo substituído legalmente pelo então vice-presidente Manoel Vitorino. Para muitos, o presidente estava deixando o cargo definitivamente, pois seu estado de saúde inspirava cuidados. Em outubro de 1896, o Presidente foi submetido a uma intervenção cirúrgica para extrair cálculos da bexiga. Como o repouso seria demorado, foi aconselhado pelos médicos a passar o governo para o vice-presidente, que no comando da nação não tardou a expor seus objetivos.

Segundo Carone (1975, p. 150), a intenção de Vitorino era forçar a renúncia do Presidente afastado. No primeiro contato com o Senado, ele afirmou que o país não podia viver em regime de recuos e irresoluções, tornando-se necessário, naquele momento, um governo alicerçado em bases duradouras, capaz de executar um só programa. Alguns parlamentares apoiaram a proposição do baiano, principalmente uma ala do Rio Grande do Sul liderada por Pinheiro Machado. Mas, Bernardino Campos, representando os interesses paulistas e conseqüentemente prudentista, reagiu à proposição do vice-presidente conseguindo contornar a crise: *“A situação, a meu ver, não é assim tão difícil. Alega o senhor Vice-Presidente da República não lhe ser possível assumir as responsabilidades do governo, tendo como auxiliares diretos pessoas com quem foi obrigado a romper. Mas é bem mais fácil resolver-se o problema: Bastará que se promova uma recomposição ministerial”* (CÂMARA FEDERAL, 1897 apud SILVA, 1975, p. 56). Campos, amigo leal de Prudente conseguiu fazer um acordo com Vitorino e prometeu levar até o Presidente afastado os nomes dos ministériáveis para posterior referendo. Prudente, enfermo, só concordou com o novo ministério quando soube que o próprio Campos estaria ocupando a pasta da Fazenda.

Ao assumir o poder, o vice-presidente adotou um programa financeiro que agradou principalmente aos Jacobinos. Esses, por sua vez, conseguiram acercar-se de Vitorino e iniciaram uma trama para não deixar Prudente voltar ao poder:

“Exército brasileiro e armada republicana, patriotas extremados, mocidade entusiasmada e valente, unamo-nos como uma só força irresistível e não concitamos no regresso ao poder do crime, da venalidade, da inconsciência, da nulidade, enfim, personificados no Sr. Prudente de Moraes” (O JACOBINO: 1897).

Os jacobinos apoiaram Vitorino porque acreditavam que ele faria a política do Marechal de Ferro. Acreditamos que para agradar os jacobinos, Vitorino escolheu o temido Moreira César para comandar a 3ª Expedição contra Canudos. Sobre isto, Moniz (1987: 65) afirma que *“com a ajuda de Moreira César que, voltando vitorioso da Bahia, seria transformado em herói nacional e a apoio eficiente do florianismo, Manuel Vitorino chegaria ao fim do mandato, mesmo que o presidente melhorasse de saúde e quisesse retornar ao governo”*. O presidente em exercício teve uma surpresa, pois não teve o apoio de César, nem tão pouco conseguira terminar o mandato como pretendia.

Prudente, sabendo da conspiração palaciana, reassumiu seu lugar no mesmo dia em que o Coronel Moreira César dera o último suspiro na Bahia. Sem avisar, o Presidente desembarcou de trem, vindo de Teresópolis, pegou um carro de aluguel e de surpresa chegou ao Palácio da Presidência. Minutos depois Vitorino foi informado, não conseguindo oferecer pronta reação.

Quem não gostou da volta de Prudente ao poder foram os jacobinos. A trégua tinha terminado e todas as suas forças voltavam-se contra o presidente que acabara de reassumir o cargo. Não lhes faltavam motivos, principalmente “*O desastre de Canudos*”.⁴ O Presidente reassumiu o comando do país no dia quatro e no dia sete recebeu a notícia da derrota da 3ª Expedição com a conseqüente morte de Moreira César. Sua tormenta estava recomeçando.

A Morte de Moreira César e Areação dos Jacobinos

Quando a notícia sobre a morte de Moreira César chegou os principais centros do país, alguns jornais do Rio e São Paulo transformaram o movimento de Canudos em revolução monarquista: “*Entre as cartas que recebemos, assinadas ou não, muitas nos apontaram focos de propaganda, centro de conspiração e fontes de recursos, que deixam marcado o movimento do sertão da Bahia como monarquista e dirigido por monarquistas*” (ESTADO DE SÃO PAULO: 1897). A partir daí não foram só os jacobinos que acusaram os conselheiristas de restauradores, muitos embarcaram nesta idéia, inclusive jornais que apoiavam o governo.

É necessário salientar que quem determinava o rumo discursivo nesta linha eram os jacobinos. Foram eles os primeiros a acusar o Presidente de estar apoiando o grupo conselheirista: “*É única e exclusivamente aquele que infelizmente dirige os destinos desta grande nação*” (O JACOBINO: 1897).

O famoso Clube Militar solicitou garantias ao governo de uma ação imediata. Por sua vez, Manoel Vitorino entrou em cena, solidarizando-se com o Clube em carta e também fazendo coro com os “radicais da República”: o movimento conselheirista era restaurador. Com a atitude, o baiano agia para evitar que caíssem sobre si as responsabilidades na condução da 3ª Expedição, pois ela foi organizada na sua interinidade.

O falecimento de Moreira César representou um marco na mudança de discurso sobre Canudos. Até antes da derrota da 3ª Expedição, a expressão mais utilizada para caracterizar o movimento conselheirista era “fanatismo”. A luta não era ainda contra a República e nem mesmo ela encontrava-se em perigo. Depois que César foi abatido no campo de batalha, as formações discursivas foram sendo modificadas, levando quase toda sociedade perceber nos canudenses os agentes do movimento restaurador.

O Partido Republicano Federal Dividido

O Partido Republicano Federal – P.R.F. foi fundado em 1893 e conseguiu eleger o primeiro Presidente civil da história da República. Estava sob a liderança do paulista Francisco Glicério, que na primeira metade de 1897 começara a divergir da base governnista. Quanto ao governo, o Presidente administrava com muita instabilidade, sofrendo oposição sistemática dos jacobinos, dos monarquistas, do clube militar e de parte de membros seu Partido, como já foi observado no título anterior.

⁴ Fato que ficou conhecido após o falecimento do Coronel Moreira César nos sertões da Bahia.

As divergências no seio do P.R.F., segundo Campos Salles (1898: 74), já eram esperadas, pois o partido trazia no próprio organismo o morbus que lhe minava a existência desde a hora em que saiu armado do cérebro do seu criador. As brigas no interior do partido, segundo ele, refletiam as tensões para escolha dos candidatos à presidência da República:

"Estávamos no momento crítico que precede a eleição presidencial. As ambições tumultuavam, surgindo candidaturas de diversos grupos. Agitação era profunda em todos os espíritos, por isso mesmo que as pretensões se apresentavam intransigentes e irreconciliáveis. Só isso bastava, não simplesmente para afrouxar os tênues laços partidários que ainda pudessem existir, mas para carregar de paixões a pena a atmosfera política" (SALLES, 1898, p. 74).

Para acirrar mais os ânimos no seio partidário, a Escola Militar da Praia Vermelha, sediada no Rio de Janeiro, rebelou-se contra o governo e esquentou o debate. Ocorreu que o novo Ministro da Guerra, General Carlos Machado Bittencourt, solicitou ao governo que requisitasse a munição existente na escola e as enviasse para o Rio Grande do Sul, pois o comandante de armas daquele Estado precisava de maior suprimento de munição por causa da Revolução no Uruguai. No dia vinte e seis de maio, quando as ordens iam ser cumpridas, os alunos e oficiais se sublevaram, tomando a medida como desconfiança contra a Escola. O governo agiu com energia e ante o cerco de dois batalhões e uma bateria de artilharia, os alunos se renderam, sendo cento e sessenta e cinco desligados da Escola e alguns dos oficiais presos. A Escola Militar de Fortaleza que foi solidária com a do Rio também foi fechada e foram extintos alguns batalhões patrióticos, porta-vozes da política florianista.

O estopim da crise no P.R.F. foi uma moção apresentada na Câmara Federal pelo político baiano antiflorianista José Joaquim Seabra, no sentido de *"congratular-se com o Sr. Presidente da República pela manutenção da ordem pública e prestígio da constituição no dia 26 do corrente"* (SALLES, 1898, p. 77). Para Seabra, a moção era uma iniciativa sua porque até aquele momento não vira solidariedade da Câmara dos Deputados para com o Presidente da República. Como eram constantes atritos com o líder do P.R.F., Seabra aproveitou a moção para testar sua lealdade ao governo que ajudara a eleger. O requerimento solicitando a moção foi rejeitado por oitenta e quatro votos contra sessenta e o próprio Glicério votara contra a proposta. Justificando seu voto, ele reconheceu que a moção tinha por finalidade *osta e condenarmos, não o ato de indisciplina dos rapazes, mas a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito de nossas afeições ou rejeitarmos a proposta, significando assim da nossa parte desconfiança ao Presidente da República"* (SALLES, 1898, p. 77-78).

Estava, assim, traçado o destino do P.R.F. com a moção Seabra, principalmente quando no dia seguinte à votação, uma vária publicada no "Jornal do Comércio" afirmou que Glicério não interpretava mais perante o Congresso a política do Presidente da República.

Para Salles, (1898: 78) *"era o Sr. Prudente de Moraes que vinha, com toda a solenidade, cassar o mandato moral ao chefe do Partido Republicano Federal, para que pudesse, no seio da representação nacional, exprimir os sentimentos do supremo magistrado da República e falar em nome dos interesses da pública administração"*.

No dia vinte e nove de maio, o Presidente da Câmara Arthur Rios, dizendo-se solidário com a moção rejeitada, apresentou requerimento de sua renúncia, sendo aceito por setenta e

nove votos contra setenta e um. Porém, com a vaga aberta, o governo já divorciado do líder das "21 brigadas"⁵, resolveu mostrar forças e indicar o próprio Rios para concorrer à eleição da mesa diretora. Oposição indicou o nome de Glicério que foi derrotado por oitenta e oito votos contra setenta e seis.

A partir destes acontecimentos, o discurso sobre a Guerra de Canudos, se caracterizava a partir de representações partidárias: oposicionista ou situacionista, conforme seus interesses particulares. O principal alvo era o Presidente da República que aos poucos foi sendo acusado de conivência com os conselheiristas. Canudos começava a ser utilizado politicamente com vistas ao próximo pleito eleitoral. Não só os jacobinos radicais passaram a acusar os sertanejos de monarquistas e restauradores, mas todos os que apoiavam Glicério, viam na guerra uma estratégia do governo da Bahia e do Presidente da República, para perpetuarem-se no poder.

As críticas aumentaram quando uma ala Bahia lançou o nome do paulista Campos Salles para concorrer à Presidência da República, representando o governo. Salles representava oposição a Glicério e conseqüentemente aos jacobinos que planejavam a volta de um governo militar em moldes florianista. Segundo Janotti (1986: 151), "*para a burguesia paulista Júlio de Castilhos e Glicério identificavam-se como carro da revolução jacobina que era necessário deter*". Para a autora, o grupo em torno de Salles considerado conservador, tinha a necessidade de salvaguardar as instituições, conquanto não estivessem ameaçadas objetivamente nem pelo proletariado nem sequer pelas camadas médias urbanas:

"Salvaguardar as instituições para a burguesia paulista significava restabelecer a disciplina militar, isto é, alijar os militares da política; acabar com os meetings populares, desbaratar as conexões entre jacobinismo popular e as oligarquias do PRF; vencer Canudos; estabelecer um poder sólido para administrar a dívida externa e interna a fim de assegurar os negócios cafeeiros, ameaçados pela longa crise financeira que os tolhia" (JANOTTI, 1986, 151-152).

Para realizar o projeto, o grupo conservador deveria se unir às oligarquias estaduais num objetivo comum. Desse projeto governista, participaram os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Já a oposição contava com apoio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pará.

Repercussões Políticas a Partir da Divisão do Partido Republicano Federal

O mês de julho de 1897, marcou, de fato, a separação entre Francisco Glicério e Prudente de Moraes. Após a convenção do P.R.F., em vinte e três de junho, quando os governistas se retiraram e formaram um bloco à parte, o governo começou a sentir-se ameaçado, mais do que nos tempos em que enfrentou os violentos ataques dos jacobinos. Os "radicais da República" que lutavam por sua queda, recebiam em suas hostes nomes de peso

⁵ Alcinha dada a Francisco Glicério.

na política nacional: Manoel Vitorino e Francisco Glicério. O líder desta ala reconquistou sua antiga popularidade numa parte do exército exaltado florianista e também angariou simpatias de alguns republicanos ditos históricos.

Essa confiança, segundo Abranches (1973:74), "*fazia com que uma verdadeira atmosfera de terror pairasse sobre o Catete. Raro era o dia em que um boato alarmante não se espalhava, anunciando levantamentos iminentes nos quartéis e marcando datas em que a revolução estalaria*". O Presidente, temendo represálias da oposição, resolveu às escondidas "vigiar" os principais líderes, causando indignação e revolta em muita gente. Porém, não se tinha informação oficial sobre tal empresa e as denúncias ficavam em nível de boato.

Após o rompimento do P.R.F. em nível nacional, Francisco Glicério foi a São Paulo tentar um rompimento do Partido no seu Estado com governo federal. Convocada a reunião da Comissão Executiva, os principais líderes estaduais comunicaram-no que eram contrários ao rompimento e naquele momento estariam do lado dos governos federal e estadual. Glicério sofria mais uma derrota em menos de dois meses. Perdeu a disputa pela mesa diretora da Câmara Federal, o Partido cindiu em duas facções e em seu Estado natal era afastado de vez de sua agremiação partidária.

A escolha dos candidatos

O país estava em crise, o presidente cada vez mais em descrédito, o câmbio subindo, as dívidas nacionais e internacionais altíssimas e, para completar o quadro, um conflito que se arrastava há meses no sertão da Bahia envolvendo todo o exército nacional teimava em continuar. Cabia então às facções políticas que continuavam brigando pelo poder - principalmente porque se aproximava o dia em que os partidos iriam em convenções escolher seus candidatos - apresentar uma plataforma de governo que respondesse a tal situação.

A escolha dos candidatos à sucessão presidencial foi um reflexo da dificuldade pela preferência dos Partidos. O grupo que liderava a oposição ainda não tinha consenso quanto ao seu candidato a Presidente da República. Lauro Sodré, antigo companheiro de Benjamim Constant, ex-governador do Pará, foi indicado por Pais de Carvalho em junho daquele ano para ser candidato. Porém, os parlamentares desta facção concordavam que ele seria um bom candidato a vice-presidente. Outros nomes foram lembrados, tais como o próprio Francisco Glicério, Júlio de Castilhos, Quintino Bocaiúva e Manoel Vitorino. Sobre este último, Abranches (1974: 71) afirma que "*a nenhum dos políticos mais salientes do partido era estranho o pensamento íntimo de Manoel Vitorino quanto à futura Presidência da República. Ele se achava com direitos adquiridos a ser o nosso candidato preferido*".

Quanto a Glicério, todos percebiam sua vontade, porém ele não expressava seu desejo publicamente. Júlio de Castilhos tinha apoio da ala jacobina do partido, dos positivistas simpáticos à doutrina de Comte e contava com apoio de Pinheiro Machado, nome forte da política do Sul. Bocaiúva tinha o apoio de Glicério, da ala paulistas e de alguns parlamentares do Rio de Janeiro.

O mês de setembro chegara e se aproximava o dia de marcar a convenção partidária para definir a escolha dos candidatos. A oposição marchara naqueles meses unida no Congresso, mas não conseguira coesão para apresentar seu nome. Por outro lado, o grupo da situação esperava que o escolhido da oposição fosse motivo de desgastes, pois os governistas desde junho já tinham escolhido seu candidato, o paulista Campos Salles:

"O acordo prematuro, entretanto, feito em torno do nome de Campos Salles para a sucessão de Prudente, produziu nos arraiais governistas o efeito salutar para a luta empenhada, matando as ambições que ainda pudessem vir subdividir o partido recém-formado, enfraquecendo-o e dispersando-lhe os mais poderosos esteios" (ABRANCHES, 1974, p. 67).

Tão sólido estava o nome de Salles que no mês de setembro a executiva do partido governista só se reuniu uma vez para estudar como seria a convenção, adiando a data para o mês de outubro, quando a oposição já tivesse realizado a sua.

Quanto à oposição, apesar de se mostrar unida, quando o assunto eram as eleições, as diversas tendências entravam em choque, não chegando ao consenso durante aqueles meses após a cisão de junho. Porém, todos reconheciam que a situação do governo era pior, não só pela pressão exercida, mas pela própria conjuntura do momento.

"Mantidas por mais seis meses as forças oposicionistas no pé em que se achavam, impopularizado cada vez mais Prudente de Moraes, esgotado o tesouro a ponto de não saber onde buscar mais dinheiro para satisfazer os compromissos externos, e desprestigiado o governo na força armada e até na própria marinha, que assistia, consternada e queixosa, ao esbulho do seu material flutuante, vendido a retalho ao estrangeiro, não havia dúvida que a maioria quase nula do Congresso não conseguiria número para reconhecer os candidatos do Catete. E os abissínios simples, que sempre os há de haver nos fins de quadriênio, constituíram então o excesso suficiente para dar ganho de causa àqueles que combatiam a situação dominante em nome da salvação da República" (ABRANCHES, 1974, p. 78-79).

Porém, mesmo com as dificuldades acima descritas, havia união do bloco governista, que marchara coeso para sua convenção.

As convenções partidárias

Os delegados se reuniram no dia dez de outubro e escolheram por votação nominal Campos Salles com trinta e nove votos para concorrer na cabeça da chapa e Rosa e Silva tendo vinte e oito, consagrando-se candidato a vice-presidente da República. Os convencionais aproveitaram a ocasião e votaram uma moção de solidariedade a Prudente de Moraes, felicitando-lhe pela vitória das forças legais no sertão da Bahia.

Após nove dias da convenção que escolheu os candidatos na chapa oficial, ocorreu outra reunião dos convencionais para apresentação do programa de governo que o partido deveria oferecer ao país, redigido por Cincinato Braga. Também foi votada a mudança do nome do partido para Partido Republicano devido à oposição utilizar a mesma sigla partidária e para não confundir os eleitores.

A reunião terminou com mais uma moção de solidariedade ao governo federal aprovada por unanimidade pelos delegados convencionais.

"A convenção do Partido Republicano, ao terminar os seus trabalhos no presente ano, antes de separar-se, congratula-se com a nação por ainda uma vez firmada a ordem pública e o regime legal como triunfo obtido pelas

abnegadas e heróicas forças do exército e estaduais em canudos e declara-se solidário com o constitucional e patriótico governo do preclaro Dr. Prudente Moraes" (ABRANCHES, 1974, p. 254).

Estavam, pois, firmada as bases para a eleição do próximo Presidente da República, com a ala governista saindo unida em prol dos seus candidatos.

A oposição, apesar de ter indicado seus candidatos primeiro, não parecia que marchava tão unida como estivera nos embates contra Prudente. A Convenção realizou-se no dia seis de outubro, mas na noite anterior os convencionais reuniram-se na residência do deputado paulista Rodolfo Miranda para a indicação de seus concorrentes.

Na reunião encontravam-se os dois principais líderes e interessados no assunto, Francisco Glicério e Pinheiro Machado, que segundo Abranches (1974), foi à casa de Miranda certo de que Júlio de Castilhos seria o escolhido.

Glicério, como líder principal, utilizou a palavra para solicitar dos representantes do Partido ali presentes "*toda a sinceridade sobre a escolha dos nossos candidatos ao pleito presidencial, assentando nos melhores nomes, atendendo-se aos seus merecimentos políticos e pessoais, à sua influência no espírito republicano do país e, acima de tudo, a sua posição futura na dita administração*" (ABRANCHES, 1974, p. 80).

Após as palavras do líder, resolveu-se fazer a votação, seguindo-se a ordem geográfica, sendo primeiro a votar o representante do Amazonas, Carlos Marcelino, que antes de declarar seu voto, perguntou a Glicério se a disputa dar-se-ia somente entre os pré-candidatos Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos ou se poderia apresentar um outro nome.

A intervenção de Marcelino parecia ser combinada, segundo Abranches (1974), pois havia um grupo que discordava da indicação dos dois pré-candidatos até o momento apresentados, sugerindo a candidatura do paraense Lauro Sodré, apontado unanimemente para compor a chapa como vice. Glicério acenou para a possibilidade inclusão de mais nomes.

A votação deu-se em clima tenso, inclusive quando os convencionais declararam seus votos, principalmente Glicério e Machado, que apoiavam respectivamente Bocaiúva e Castilhos. Quando Pinheiro Machado discursava justificando seu voto, Glicério interveio, seguindo-se daí um bate boca, cada qual defendendo seus candidatos. Machado, ao terminar sua fala, afirmou que votaria em qualquer um dos escolhidos pela convenção, não fazendo questão de nomes, mas sim de princípios.

A votação foi realizada e por coincidência todos os nomes apresentados receberam treze votos cada um: Quintino, Castilhos e Sodré. Houve novamente outro debate e procedeu-se uma nova votação, sendo que desta vez o panorama mudou completamente, tendo o paraense Lauro Sodré recebido dezesseis votos, Castilhos doze e Bocaiúva onze. Como nenhum dos candidatos recebeu a maioria dos votos, resolveu-se fazer nova votação com os dois mais votados. Lauro Sodré obteve vinte votos, sendo então o escolhido para representar o grupo nas eleições de março de 1898. Glicério encerrou os trabalhos e marcou nova sessão no senado, para o dia seguinte, onde seria indicado candidato a vice.

Parece que as perspectivas do governo estavam dando certo. A oposição não saía unida de sua reunião, tendo mais uma vez Glicério perdido uma batalha política, desta vez dentro do seu próprio partido. A escolha de Lauro Sodré foi uma surpresa para muitas pessoas, pois acreditava-se que não seria escolhido nem mesmo para ser candidato a vice.

No dia seguinte, à noite, foi escolhido, no salão da biblioteca do Senado, Fernando Lobo para compor a chapa como candidato a vice de Lauro Sodré. A convenção oficial deu-se logo após escolha de Lobo, em clima tenso, com a participação ativa de muitos populares,

que encheram as galerias do Senado. Os simpatizantes que estavam presentes, a todo momento davam incessantes vivas a Pinheiro Machado, prevendo-se a partir daí manifestações contrárias quando fossem publicados os nomes que comporiam a chapa na convenção.

Glicério, presidindo os trabalhos, declarou que iria proceder a escolha dos candidatos e mais uma vez, segundo Abranches, novo romper de vivas a Júlio de Castilhos. Após a votação, fez-se a leitura da cédula, proclamando os nomes de Lauro Sodré e Fernando Lobo candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. A reação foi mais violenta, causando profunda impressão nos convencionais em particular em Abranches: "*Tornara-se assim tenebrosa e lúgubre essa noite seis de outubro, e à saída dos convencionais, sabidamente infensos à candidatura de Júlio Castilhos, repetiram-se às vaias e redobraram os morras ao líder*" (ABRANCHES, 1974, p. 88).

A oposição, que tanto marchara unida nas pressões ao governo de Prudente Moraes, viu cair sobre si uma chuva de vaias e repulsa por parte do público nos candidatos que ora apresentava. O próprio Glicério neste dia escapou da morte, quase alvejado por "radicais República" que não aceitavam o nome de Sodré. Oposição dava seus primeiros sinais fraquezas.

Passado o clima tenso da convenção, coube a Manoel Vitorino redigir o manifesto do Partido, apresentando seus candidatos à nação. Contudo, um fato iria mudar os rumos do processo eleitoral: Ainda sob o fervor da vitória sobre Canudos aconteceu o que nomeamos de "grande atentado".

O Grande Atentado

No dia cinco de novembro, um mês após a tomada total de Canudos, o Presidente Prudente de Moraes foi ao Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro, recepcionar as tropas que voltavam do sertão da Bahia sob o comando do General Silva Barbosa.

Desde as primeiras horas da manhã, no Arsenal afluía uma grande multidão, inclusive muitos representantes da oposição que preparavam uma manifestação pró-Floriano e anti-pudentista.

O Presidente e sua comitiva, composta por Ministros de Estado, Militares, representantes do Congresso e o vice-presidente, foram ao mesmo tempo aclamados e vaiados quando chegaram ao cais do Arsenal. Prudente se dirigiu até o escaler do navio que trazia a tropa para proceder às formalidades como de costume, dando as boas-vindas aos oficiais. Ao retornar à terra com destino à alameda central, foi atacado por uma anspeçada do décimo Batalhão de Infantaria, que surgiu repentinamente com uma arma em punho. Na confusão formada, o coronel Mendes Moraes e o Marechal Bittencourt atiraram-se sobre agressor, sendo feridos na luta. O Ministro recebeu quatro ferimentos de arma branca, um nas virilhas, outro no fígado, um na caixa torácica e outro na mão. O Coronel Mendes recebeu dois ferimentos, e, ainda na confusão foi alvejado o ex-tenente João Manuel de Moraes. Dos três, apenas o Marechal não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer pouco depois. O Presidente da República saiu ileso do ataque e foi levado, às pressas, para o Itamarati, só tomando conhecimento da morte de seu colaborador quando chegou ao palácio.

A notícia do assassinato correu como um "rastilho de pólvora". Muitas pessoas, supondo que Prudente tinha morrido, aclamaram o vice-presidente ainda no Arsenal da Marinha; outros se consternaram e deram vivas ao Presidente. Vitorino, que estava no local,

quando teve a certeza de que Prudente não sofrera nada no ataque, retirou-se rapidamente, sem ao menos prestar solidariedade aos que tombavam feridos e morto.

O crime de Bittencourt provocou uma forte reação popular no Rio de Janeiro. O Presidente da República, que foi vaiado no dia do atentado, logo depois recebeu as maiores manifestações de apreço e solidariedade, principalmente da opinião pública.

Como era de se esperar, o grupo governista tirou proveito político do caso, tão logo aparecendo panfletos, indicando os possíveis co-autores do assassinato. Na madrugada de seis de novembro, algumas pessoas atacaram e empastelaram as oficinas jornais "República", "Folha da Tarde" e "O Jacobino". Em frente à Câmara dos Deputados, outro grupo aclamou Prudente Moraes e gritou "morras" ao General Glicério, ao Partido Republicano Federal e aos jacobinos. Fechava-se o cerco contra oposição. Seria a resposta ao grupo glicerista que ao longo dos últimos meses tentou jogar o governo contra opinião pública?

"O povo brasileiro tem devidamente apreciado o procedimento que após a cisão ocasionada pela Moção Seabra, tem tido os trêfegos membros da chamada oposição constitucional. Desde os deponentes distúrbios que provocaram no seio da Câmara de Deputados, os discursos incendiários e chatamente retóricos com que procuravam atrair a odiosidade pública sobre o benemérito e impertérito republicano Dr. Prudente de Moraes, que incontestavelmente exerce com ilimitada lealdade e honradez o elevado posto que o sufrágio brasileiro lhe destinou; até os artigos recheados de baixos convícios com que sua imprensa buscava intrigar aquele preclaro cidadão com o brioso exército nacional e aos meetings diz que eles convocavam com o fim exclusivo de trazer embarço à administração pública; tudo isto é pacientemente catalogado pelos brasileiros sensatos e patrióticos para constituir aos olhos de todos veementíssimas circunstâncias comprovativas da culpabilidade dos opositorista no negregado atentado do Arsenal de Guerra" (ESTADO DE PERNAMBUCO: 1897).

Chegara a vez para o grupo governista entrar em ação contra seus opositores. Por muitos meses o próprio Presidente da República foi alvo das chacotas publicadas em panfletos e até mesmo nos jornais de grande circulação nacional. O credo abaixo indica a ação da oposição durante o seu governo:

*"Credo dos Prudentistas
(do República)*

Credo dos prudentistas encontrado no teatro São José: 'Creio em Prudente Padre, todo poderoso, criador do deste, do câmbio a 7, no Bacharel Campos Salles, um só seu filho, nosso futuro Senhor, o qual foi concebido por obra e graça de Severino, nasceu em Campinas, padeceu sob o poder de Américo Brasiliense, foi crucificado, morto e sepultado, desceu dos infernos do Debate, e ao terceiro ressurgiu dos mortos no teatro São José. Subiu aos céus das esperanças frustradas. Está sentado à mão direita do gomide. Creio no espírito de Belizário, na Santa Igreja do Catete, na comunhão dos maragatos, na remissão dos pecados do Rosa, na ressurreição dos mortos do Império, na vida eterna do Amaro. Amém!'" (A CIDADE: 1897).

A ação contra a oposição iniciou no dia seis de novembro, quando o Presidente fez divulgar um manifesto à nação, afirmando que "*horroroso crime não terá efeito de demover-se em uma só linha do cumprimento de minha missão constitucional*" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 1897).

O chefe da nação não hesitou em comparecer à tarde deste dia ao enterro do Marechal, apesar de ser comunicado do perigo que corria. Segundo estimativas, compareceram cerca de trinta mil pessoas ao sepultamento, que aproveitaram a oportunidade para repudiar o crime e aclamar o Presidente da República, que de algoz se transformara em ídolo e herói. Prudente saía do ostracismo para ocupar o lugar principal da opinião pública. Apesar de ser um fato lamentável, o governo, a partir daí, começava dar a volta por cima.

No Senado, na sessão do dia seis de novembro, foram acusados os jacobinos e o P.R.F. de serem os responsáveis pelo atentado. Manuel Vitorino, que ocupava a Presidência da casa, naquele dia, não compareceu, enviando apenas uma carta de justificativa, que foi lida em plenário. Lauro Sodré, Senador e candidato oposicionista, defendeu seu Partido e indignou-se com uma Moção apresentada pelo baiano Severino Vieira, que classificava o episódio como "crime político". A oposição entendeu que deveria ser suprimida a palavra "atentado político" e propôs uma emenda, sendo rejeitada pelos Senadores. Os vinte representantes que compunham a base da oposição abandonaram o plenário para não ser aprovada a Moção.

No dia oito do mesmo mês, o governo enviou ao Congresso uma mensagem solicitando "Estado de Sítio", condenada veementemente por membros do bloco oposicionista. Seguiu-se mais uma vez o debate. Todavia, quando os primeiros acusados do crime, já em cárcere, começaram a fazer declarações, deixando claro que não agiam sozinhos, o Congresso cedeu e o Estado de Sítio foi aprovado no dia doze, quatro dias depois da Moção de Severino Vieira ser também aprovada. O Estado de Sítio, em princípio foi solicitado por trinta dias, sendo prorrogado até o dia vinte e três de fevereiro do ano seguinte.

A Derrota dos Jacobinos

Agindo no "calor da hora", o governo, através responsáveis pelo inquérito policial, promoveu a prisão de civis, políticos e militares que supostamente estavam envolvidos na "conspiração" contra o Presidente da República.

O inquérito policial, transformado depois em relatório, incriminou várias pessoas. Segundo Neiva (1898: 16), "*o crime não podia ter sido, de certo ou certamente, concebido, resolvido e planejado somente pelo anseçada; o momento indicava que ele era instrumento de exploração política. Por isso mesmo, alguém devia estar por trás desse instrumento*".

Foram presos para averiguação e depois indiciados, além das anseçada Marcelino Bispo de Mello, Deocleciano Mártir, José Rodrigues Cabral Noya, Capitães Manoel Francisco Moreira, Servílio José Gonçalves, Mário Curius Mariano de Campos, Umbelino Pacheco, Capitão-Tenente Rodolfo Lopes da Cruz, Major Jeronymo Teixeira de França, Tenente-Coronel Antônio Evaristo da Rocha, José de Souza Velloso, Fortunato de Campos Medeiros e Joaquim Evaristo Freire.

Também foram apontados como co-autores da conspiração o Dr. Manoel Vitorino Pereira, Senador João Cordeiro e deputados General Francisco Glicério, Alexandre José Barbosa Lima, Irineu Machado, Torquato Moreira e Alcindo Guanabara.

Segundo relatório de Neiva, o anseçada estava sob as ordens do diretor do jornal "O Jacobino", Deocleciano Mártir, que desde março reunira um grupo e planejara o assassinato

de Prudente Moraes. Cada um dos participantes da reunião, à sua maneira, deveria envidar esforços para colaborar no assassinato do Presidente. Não tinha sido a primeira vez que o anspeçada tentara tirar a vida de Prudente; outras foram realizadas sem sucesso. A última, no dia cinco de novembro, acabou tirando a vida do Ministro da Guerra.

Ainda, segundo relatório, Manoel Vitorino, Francisco Glicério, Barbosa Lima e Irineu Machado, - este último foi quem dera dinheiro para comprar a arma do crime - sabiam e apoiavam o plano. Para o líder do grupo, Mártir, os motivos que determinaram o planejamento do assassinato Presidente foram os rumos tomados por seu governo, principalmente os sucessos dos conselheiristas em Canudos.

A maioria dos envolvidos no atentado fazia parte do grupo de jacobinos florianistas, responsáveis pelos meetings, arruaças e críticas ao governo federal. Para Queiroz, que analisou a ação deles nos primeiros anos da República, "*o atentado de 05 de novembro forneceu assim a Prudente a desejada oportunidade para o completo desmonte do grupo que lhe ameaçava o poder. A frustração do golpe reverte à inclinação popular; do já esfacelado P.R.F. debandam os políticos atraídos pelo Catete; entra em cena Campos Salles; Glicério e Vitorino se eclipsam de vez*" (QUEIROZ, 1986, p. 79). Estes últimos citados pela autora foram os únicos que escaparam da prisão.

Considerações Finais

Poucos são os relatos sobre os detalhes da política partidária no início do regime republicano. Quando ouvimos falar sobre jacobinismo ou jacobinos nos remetemos à Revolução Francesa e seus congêneres. A ação desse grupo no Brasil quase nos legou a história de um presidente assassinado. Todavia, a tentativa frustrada acabou por deflagrar o seu desaparecimento.

Foi interessante observar os meandros da formação do bloco de oposição, um ano antes da eleição para presidente da república. A inércia do primeiro governo civil do regime produziu seus primeiros opositores. Mas, o apoio dos jacobinos e conseqüentemente a ação radical de assassinar o presidente tiraram todas as chances de tomada do poder.

A oposição, não conseguiu realizar seus planos, perdendo a eleição de março de 1898, sendo Canudos e conseqüentemente o atentado de cinco novembro a chave para o governo inerte tomar as rédeas do poder e eleger seus candidatos na eleição vindoura. O tiro que não foi desferido da arma do anspeçada por uma falha técnica saiu realmente pela culatra, decretando de vez a derrota da oposição e de seus aliados jacobinos.

Referências Bibliográficas

1 - Fontes primárias – jornais e relatório

A Cidade – 1897

Diário de Pernambuco – agosto de 1896 a dezembro de 1897

Estado de Pernambuco – agosto a dezembro de 1897

Estado de São Paulo- março de 1897

O Jacobino – janeiro a março de 1897

2 – Fontes secundárias

- Carone, E.
1986 *A República Velha: 1. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel.
- Janotti, MLM.
1986 *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense.
- Moniz, E.
1982 *Canudos: A luta pela terra*. São Paulo: Global.
1987 *Canudos: A guerra social*. Rio de Janeiro: Elo.
- Moura, JDA.
1955 *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: Correspondências entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: S.C.E.
- Porto, C.
1970 *Os tempos de Rosa e Silva*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
1985 *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM.
1986 *Os tempos da República Velha*. Recife: Fundarpe.
- Queiroz, SRR.
1986 *Os radicais da República: Jacobinismo: Ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense.
- Salles, C.
1998 *Da propaganda à presidência*. Ed. Fac. Sim. Brasília: Senado Federal.
- Silva, H.
1975 *História da República Brasileira: o poder civil 1895-1910*. São Paulo: Editora Três.
- Witter, JS.
1987 *Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense

**Universidade de Pernambuco
Autarquia Educacional do Vale do São Francisco,
Petrolina – BRASIL.**